

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

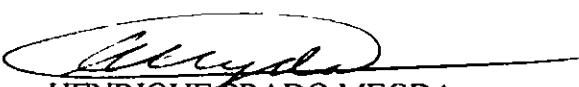
PROCESSO N° : 10711-001184/94-80
SESSÃO DE : 20 de maio de 1997
ACÓRDÃO N° : 302-33.528
RECURSO N° : 117.612
RECORRENTE : THYSSEN FUNDIÇÕES LTDA
RECORRIDA : DRJ/RIO DE JANEIRO/RJ

CLASSIFICAÇÃO FISCAL. O produto denominado “resina furânicá sintética”, na forma como foi importado, classifica-se no código 3911.10.9900 da NBM/SH(TIPI/TAB).
RECURSO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 20 de maio de 1997


HENRIQUE PRADO MEGDA
Presidente e Relator

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
Coordenação-Geral de Representação Extrajudicial

10/05/97
Lm. *hpf*

LUCIANA CORTEZ ROMIZ (CAT-6)
Procuradora da Fazenda Nacional

10 SET 1997

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: UBALDO CAMPELLO NETO, MARIA HELENA DE ANDRADE - SUPLENTE, LUIS ANTONIO FLORA, PAULO ROBERTO CUOCO ANTUNES, ANTENOR DE BARROS LEITE FILHO e RICARDO LUZ DE BARROS BARRETO. Ausente a Conselheira: ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO N° : 117.612
ACÓRDÃO N° : 302-33.528
RECORRENTE : THYSSEN FUNDIÇÕES LTDA
RECORRIDA : DRJ/RIO DE JANEIRO/RJ
RELATOR(A) : HENRIQUE PRADO MEGDA

RELATÓRIO E VOTO

O processo sob exame retorna a esta Câmara após realização da diligência determinada pela Resolução nº 302-0.767, de 26/01/96, junto à Repartição de Origem, que leio em sessão para o perfeito entendimento dos ilustres Conselheiros (leitura fls. 108 a 119).

Em resposta aos quesitos formulados, o Laboratório de Análise oferece as seguintes informações:

“1 - Preliminarmente convém esclarecer, que este LABOR, após um estudo detalhado de casos posteriores ao objeto deste processo e de posse de mais informações a respeito do produto em questão, constatou que o mesmo contém em sua composição resinosa componentes voláteis.

Portanto, o teor de voláteis não representa quantidade de solvente no produto, e sim o total de voláteis, que inclui os solventes orgânicos, água e parte da resina furânicamente dita (álcool furfuralílico).

2 - Cabe acrescentar, que o produto em questão constitui uma resina furânicamente diferente de resinas uréicas e resinas de tiouréia e também distinta de resinas de petróleo, de cumarona, de indeno, de cumarona-indeno e politerpenos.

3 - Respostas aos quesitos de fls. 119:

a) - A denominação resina furânicamente (supostamente apresentada em solução de álcool furfuralílico) atende ao disposto na Nota 3 do Capítulo 39?

R: Sim.

b) - No produto em foco, a resina furânicamente foi, após produzida, diluída em álcool furfuralílico, ou é resultado de polimerização, ainda que parcial, deste álcool?

R: Conforme já foi dito no item 1, o álcool furfuralílico presente no produto em questão é parte da resina furânicamente, monômero.

c) - Trata-se de um produto de uso geral ou especialmente preparado (preparação) para ser utilizado como aglutinante para moldes e núcleos de fundição?

R: A resina furânicamente é um produto de uso geral.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CAMARA

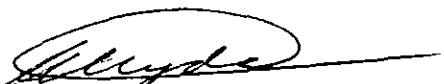
RECURSO N° : 117.612
ACÓRDÃO N° : 302-33.528

d) - Quaisquer outras informações julgadas pertinentes que melhor caracterizem o produto em questão.

R: Julgamos suficiente as informações acima".

Ora, como a classificação determinada pelo fisco encontrava-se apoiada no Laudo de análise emitido pelo LABANA, de nº 5507/91 (fls. 11), que concluiu ser o produto importado "uma solução de resina furânicá, em mais de 50% de solvente orgânico volátil", posição esta prevista pelo laboratório após estudo detalhado de casos posteriores ao objeto do presente processo, entendo não mais subsistirem as razões que levaram à lavratura do AI, e à decisão de primeira instância que o julgou procedente, em parte, motivo pelo qual voto no sentido de dar integral provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1997



HENRIQUE PRADO MEGDA - RELATOR